

**DEMOCRACIA, RACISMO E VIOLÊNCIA DE RAÇA E GÊNERO:
como mulheres negras enfrentam a violência nas ruas e no parlamento**

RESUMO

O presente trabalho vem apresentar a pesquisa em andamento no Doutorado em Sociologia da UFC, aprofundando a análise sobre experiências de mulheres negras relacionadas à violência de raça e gênero em candidaturas e mandatos coletivos eleitos. A pesquisa tem como um dos grupos pesquisados a Mandata Nossa Cara, primeira mandata coletiva da Câmara de Vereadores de Fortaleza e do Ceará, que enfrentou desafios e violências mesmo antes de sua posse no parlamento. No âmbito de campanhas políticas, antes mesmo de serem eleitas, mulheres negras já enfrentam violências de raça e gênero. Esses dados foram sistematizados pelo Instituto Marielle Franco. No estudo de 2020, entre aquelas que relataram ter sofrido violência racial, 52,3% disse ter sofrido racismo enquanto desenvolvia atividade política nas eleições, 12,7% disse ter recebido ofensas relacionadas ao seu corpo em razão de sua cor/raça/etnia, 7,9% diz ter sofrido algum dano emocional derivado de ofensas em razão de sua cor/raça/etnia e 6,3% declara que recebeu agressões físicas relacionadas com sua cor/raça/etnia. Durante a campanha também foram vivenciados casos de racismo e contabilizadas as situações. No topo da lista as candidatas em 32,9% dos casos afirmam que receberam recursos do seu partido inferior do que acredita que seria justo e em 29,1% dos casos a candidata foi ofendida, difamada e/ou intimidada para aceitar decisões partidárias ou desistir da candidatura e em 12,6% dos casos sofreu episódios de discriminação machista ou LGBTfóbicas em órgãos da justiça eleitoral. Essa pesquisa aborda situações vivenciadas por essas campanhas e mandatas e dialoga sobre a impossibilidade de uma democracia concreta enquanto o racismo seguir operando nesses espaços. A pesquisa utiliza o conceito de interseccionalidade de Patricia Hill Collins para explicitar como mulheres negras, candidatas ou eleitas, experimentam as opressões de raça, gênero e classe. O estudo utiliza como metodologia a observação exploratória, considerando a proximidade da autora durante as campanhas da candidatura Nossa Cara e posteriormente na candidatura Bora de Ruma, ambas no Ceará. A partir também da vivência na Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos, a pesquisa pôde observar que em outros Estados e cidades, foram identificadas situa-

ções que colocam essas mulheres negras como alvo frequente das violências. O fenômeno das candidaturas coletivas aparece em 2016 no cenário nacional como uma forma de fortalecimento e de possibilidades de ocupação de espaços por pessoas negras, indígenas, com deficiência e LGBTQIAPN+, tradicionalmente excluídas dos espaços do legislativo. No entanto, ao adentrar espaços hostis e não pensados para a ocupação dessa diversidade, ampliam a submissão dessas pessoas às violências. As conclusões apontam para vivências de violências de vários tipos, tanto nas campanhas, nas ruas, como depois de eleitas dentro e fora do espaço institucional. Buscamos ainda identificar as estratégias traçadas pelas mulheres negras para enfrentamento das violências, considerando ou não as denúncias como possibilidade concreta de responsabilização dos promotores da violência.

Palavras-chave: Racismo. Violência de Raça e Gênero. Interseccionalidade. Mulheres negras. Democracia.

REFERÊNCIAS

COLLINS, P.H. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo. 2021

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: BUARQUE DE

HOLANDA, H. Pensamento feminista hoje- perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Violência Política Contra Mulheres Negras, Instituto Marielle Franco, RJ, 2020.

Violência política de Gênero e Raça no Brasil, Instituto Marielle Franco, 2021